**Mini-Curso (CHK17 – História Social da Escravidão)**

**Tornando-se Livre na Sociedade Escravista Brasileira: a Arte da Fuga e da Alforria**

UFBA, Curso de Pós-Graduação em História, 1º semestre de 2019, PPGH, UFBA

Local – Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), Pça. Inocêncio Galvão 43, Largo 2 de julho, Centro, Salvador [ou – Sala ?, PPGH, UFBA]

Datas e horário: 2**ª e** 4**a feira à noite**, **18:30-20:30**: **27 e 29/05; 03 e 05/06** (quatro aulas).

Requisitos para inscrição: cursar programa de pós-graduação ou desenvolver pesquisa de iniciação científica no último ano da graduação

**Professor:** **Robert Slenes**

Ementa:

Nos últimos anos os historiadores têm voltado sua atenção cada vez mais ao estudo da frequência e das diversas modalidades da alforria (manumissão) na sociedade escravista brasileira. Temas correlatos também têm sido abordados: os diferentes caminhos para a alforria, segundo o gênero, idade, profissão, origem e etnia da pessoa escravizada; disputas na justiça para libertar cativos ou para trazer libertos de volta para a escravidão; o sequestro de libertos para reescravizá-los; estratégias dos escravizados para mudar de dono, e de proprietários para atrair cativos dos outros como “dependentes”. Também, tem-se estudado a experiência dos libertos, seus laços sociais com a senzala e com diversos grupos de livres, a precariedade de vida da maioria deles, o grau de mobilidade social que alguns deles ou seus descendentes livres alcançaram em diversos momentos.

O curso pretende explorar a bibliografia sobre vários desses temas, mas o foco inicial será nas taxas e caminhos de alforria em propriedades escravistas de tamanho e de atividade econômica diferente. Vários estudos recentes têm confirmado que a alforria no Brasil (também na América hispânica) era muito comum, quando comparada com as regiões colonizadas pelos franceses, holandeses e ingleses. O contraste é especialmente grande no que diz respeito ao “Sul Profundo” (da Carolina do Sul até o Texas) dos Estados Unidos, particularmente ao avançar o século XIX – algo refletido na pequena população negra livre (ingênua e liberta) daquela região no período 1830-1860.

Por outro lado, estudos de ligação nominativa de fontes (seguindo indivíduos entre documentos diversos) têm mostrado que no Sudeste brasileiro pelo menos, a alforria era muito mais comum nas propriedades escravistas pequenas (ou melhor, num subconjunto dessas propriedades) do que nas grandes, tanto no período colonial quanto no pós-independência. Entretanto, como a percentagem de escravos em “megapropriedades” (acima de 50 ou mesmo de 100 cativos) cresceu muito no século XIX especialmente nas áreas de plantation, uma proporção cada vez maior de escravizados enfrentava condições similares às do Sul dos Estados Unidos, ou seja, tinham pouquíssimas chances de conquistar a alforria.

Uma peculiaridade dos cativos no Sudeste, depois de meados do século XVIII, é que eles eram, em sua maioria, nativos da “Zona Atlântica” da África centro-ocidental ou descendentes destes – isto é, haviam trazido para o Brasil ou herdado de seus pais conhecimentos de culturas e línguas (bantu) africanas muito próximas. Significativamente, no auge da “segunda escravidão” (c. 1808-1850), período de extraordinária expansão do tráfico transatlântico de escravos para essa região, renovou-se sempre o contingente dos centro-africanos em todas as propriedades, mas particularmente nas megafazendas, onde eles constituíam a maioria do total de cativos adultos em qualquer momento dado. Isto quer dizer que eles conversavam sobre suas experiências na escravidão frequentemente ou geralmente em línguas e inter-línguas bantu, não só em português ou num pidgin de português. Também avaliavam essas experiências com conceitos e metáforas centro-africanos largamente compartilhados. Se, como argumenta E. P. Thompson, os camponeses ingleses interpretavam sua perda de acesso às terras comunais no século XVIII, também sua progressiva proletarização, à luz de uma “economia moral” peculiar à experiência histórica deles, é provável que os centro-africanos tenham feito o mesmo ao enfrentar as várias modalidades de trabalho escravo no Brasil. Com incursões na bibliografia africanista, o curso pretende levantar hipóteses sobre como teria sido essa economia moral.

Entender o porquê da grande diferença nas taxas de alforria em pequenos e grandes agrupamentos de cativos implica em perguntar, com respeito a esses dois contextos contrastantes de vivência-trabalho: 1) o que era diferente no encontro/embate entre senhores e escravizados; e 2) quais eram as diferentes estratégias (inclusive identitárias) adotadas por cada lado para obter, respectivamente, a autoridade ou a autonomia possível? Responder a essas perguntas exige examinar o “contraponto” entre escravizados e senhores. (A metáfora aponta para a iniciativa ou “agência” de ambos os lados.) Portanto, pretende-se abordar também a “arte da fuga” (mais amplamente, do protesto e da insurgência) dos cativos. Isso, porque os senhores não podiam deixar de ouvir as “vozes” desses subalternos, mesmo que não compreendessem completamente suas “tonalidades” africanas-ladinas, antes de pautar seus próprios “motivos”. Dados linguísticos e estudos sobre fugas de escravos na África Central e no Brasil (e certas semelhanças entre elas) ajudarão a vislumbrar a economia moral que guiava os esforços dos cativos para melhorar sua condição.

Para contextualizar o estudo da bibliografia brasileira, o curso fará algumas incursões na historiografia recente sobre a alforria na África e em outras regiões das Américas, em especial nos EUA. Numa das aulas iniciais, será discutido um ensaio de Orlando Patterson sobre a alforria como “gift exchange” (intercâmbio de presentes), e também trechos do estudo clássico de Marcel Mauss, *Ensaio sobre o dom* (1925), que influenciou o texto de Patterson. Como alguns estudiosos recentes da alforria no Brasil têm usado o conceito de “gift exchange”, citando Mauss, é importante submeter o texto dele, como também o de Patterson, a uma crítica rigorosa. Como veremos, a nova bibliografia sobre a evolução da cognição e da “moralidade” humana, também aquela sobre a África Central na época do tráfico, sugerem que os trabalhos influentes desses autores levaram a uma supervalorização da iniciativa do senhor na “concessão” da alforria como “dádiva” (ideia, na verdade, muito próxima do *discurso* *senhorial* sobre o assunto). A “dádiva”, no caso, supostamente prendia o beneficiado nas teias da dependência, com obrigação moral de retribuir durante o restante de sua vida a benesse que lhe foi dada.